

HISTÓRIA E FILOSOFIA DA LINGUÍSTICA – UMA ENTREVISTA COM JOSÉ BORGES NETO

José Borges Neto

Universidade Federal do Paraná

ReVEL – Podemos dizer que a linguagem é um objeto complexo, independentemente do recorte epistemológico que se faça; parece que é isso que gera diferentes teorias. Como se pode compreender essa pluralidade teórica, sem necessariamente ter de aceitar a noção de “complementaridade” entre as diferentes teorias linguísticas?

Borges Neto – Deixe-me, primeiro, abordar a questão da complexidade. Marcelo Dascal e eu, num texto de 1991 (ver Dascal e Borges Neto 1991)¹, propomos a distinção entre objeto observacional e objeto teórico. O objeto observacional de uma teoria científica é o conjunto de fenômenos, a porção de realidade, que a teoria assume como seu objeto; o objeto teórico é a construção (o modelo) que o cientista idealiza como representação do objeto observacional. Por exemplo, a sintaxe estruturalista e a sintaxe gerativista, em princípio, podem ter o mesmo objeto observacional (o conjunto de sentenças bem-formadas que podem ser ditas em alguma língua); os objetos teóricos, no entanto, podem ser bastante diferentes: a sintaxe estruturalista vê as sentenças como cadeias estruturadas de palavras (ou morfemas) e sua tarefa é revelar essas estruturas, enquanto a sintaxe gerativista vê as sentenças como o resultado da aplicação de regras internalizadas (inatas, em parte). Assim, onde o estruturalista encontra cadeias estruturadas, o gerativista encontra indícios da aplicação de regras presentes na mente/cérebro do falante. Os “dados” são

¹Dascal, M.; Borges Neto, J. 1991. De que trata a linguística, afinal? *Histoire, Epistemologie, Langage* 13(1), p. 13-50 (recolhido como capítulo 10 em Borges Neto, J. 2004. *Ensaio de Filosofia da Linguística*. São Paulo: Parábola.)

os mesmos (as sentenças da língua), mas o que se faz com eles (o que se depreende deles) é absolutamente distinto.

Pois bem. A complexidade pode se dar no nível observacional. Dizer que a língua é um objeto complexo pode significar que os fenômenos linguísticos a serem estudados são fenômenos complexos (envolvem, por exemplo, fenômenos de várias naturezas: fenômenos físicos, como as cadeias sonoras, fenômenos estruturais, fenômenos relacionados ao uso das expressões, fenômenos relacionados às imagens que os usuários das expressões supõem para si e para os outros falantes/ouvintes, fenômenos ligados às posições ideológicas assumidas pelos falantes, etc.). O objeto observacional tomado pelo linguista é de natureza complexa porque contém em si fenômenos dificilmente relacionáveis.

Da mesma forma, a complexidade pode estar ligada à dificuldade de construir modelos teóricos capazes de abranger o maior número de fenômenos – de construir modelos teóricos que consigam dar conta do maior conjunto possível de fenômenos de naturezas distintas. Construir uma teoria qualquer supõe fazer um recorte no objeto observacional e em “organizar” essa porção do mundo a partir de noções teóricas.

Aparentemente, é fácil fazer isso para alguns recortes. Podemos, por exemplo, decidir que vamos nos ocupar apenas do elemento fônico que serve de apoio material para as línguas. Neste recorte, reconhecemos fones, organizamos os fones em vogais e consoantes (que são noções teóricas), estruturamos as sílabas, acrescentamos prosódia, etc. Ou seja, tomamos um objeto observacional e construímos, a partir dele, um objeto teórico: a fonologia da língua. Podemos, por outro lado, decidir que vamos nos ocupar dos elementos significativos da língua (do material que dá apoio semântico). Podemos decidir que nossa unidade é o morfema ou que nossa unidade é a palavra (que também são noções teóricas). Vamos organizar nossas unidades em classes e estudar, por um lado, as possibilidades combinatórias que essas unidades admitem (fazer “sintaxe da palavra”, por exemplo) ou, por outro lado, as relações que podemos encontrar entre essas unidades e “coisas” do mundo (e fazer “semântica lexical”).

A grande questão, no entanto, está em *unificar* esses objetos. Fazer fonologia e fazer semântica lexical, separadamente, é fácil. O difícil é criar uma teoria que unifique esses vários objetos teóricos. Uma teoria capaz de dar conta da semântica lexical em termos fonológicos.

Uma olhadela no que acontece em outras ciências sempre é instrutiva. Vejamos o seguinte trecho do livro de Michel de Pracontal²:

Um sólido cristalino é constituído de uma rede de átomos dispostos segundo um motivo que se repete regularmente, um pouco como o de um papel pintado, salvo que ele é em três dimensões. O motivo depende de ligações químicas garantidas pelos elétrons. Nesse sentido, a “forma” do cristal é a expressão de sua estrutura. Esta se interpreta em termos de química eletrônica, e sua explicação se situa no nível atômico.

É completamente diferente para a morfologia de uma planta ou de um animal. Ela depende de interações muito complexas entre as células que a ou o constituem. Se as células são elas próprias feitas de átomos ou de moléculas, não se pode descrever a “forma” externa de um organismo a partir de uma estrutura atômica. A arquitetura de um babirussa³ não depende dos mesmos mecanismos que a estrutura de um cristal. Ela é o resultado de um processo evolutivo que não pode reduzir-se apenas aos conceitos da física ou da química fundamentais, da mesma maneira que o estilo de uma mesa Luís XVI não pode se explicar apenas pelas propriedades dos átomos ou das moléculas que compõem a madeira. Isso não quer dizer que o babirussa e a mesa “escapam” às leis da física: isso significa que nem sempre existe tradução entre os diferentes níveis da descrição científica.

Apesar, então, da óbvia natureza fônica das palavras e das sentenças da língua, a explicação de sua “forma” (de sua estrutura) nada tem a ver com a matéria fônica. A descrição fônica e a descrição estrutural de uma sentença seriam mutuamente “intradutíveis”. É isso, aliás, o que está por trás da conhecida distinção de André Martinet, a dupla articulação da linguagem.

Provavelmente, o caminho do linguista diverge do caminho do físico, nesse momento: enquanto o físico procura unificar sua ciência, buscando uma teoria que unifique a física quântica (que trata bem do microcosmos) e a física relativística (que trata bem do macrocosmos), caberia ao linguista estabelecer que porções de seu objeto constituiriam áreas “intradutíveis”. Em outras palavras, caberia ao linguista aceitar que as duas articulações de Martinet se constituem em dois objetos, sujeitos a diferentes elaborações teóricas porque de naturezas distintas.

² Pracontal, Michel de 2002. *A impostura científica em dez lições*. São Paulo: Editora da UNESP, p. 289-290.

³ O babirussa é um mamífero da Malásia (JBN).

Precisamos ter claro que a linguagem engloba fenômenos de diversas ordens, heterogêneos, que pedem explicações também heterogêneas. Creio que aí reside parte da complexidade a que se alude na pergunta.

De outro lado, tentar entender o tratamento dessa massa heterogênea de “objetos” como um quebra-cabeça, em que as partes se completam e permitem a visualização do todo, não me parece o melhor caminho. Em outro lugar⁴, eu afirmo que a imagem do conjunto de fotos de uma mesma casa não serve como metáfora da construção da linguística porque nunca podemos ter certeza de que as várias fotos são, de fato, fotos de uma mesma casa. Cada linguista, a partir de seus recortes no objeto observacional, cria uma imagem teórica (um modelo) de seu objeto que é fruto de concepções “metafísicas” e que não precisa coincidir, ajustar-se ou ser compatível com nenhum outro modelo, seja do mesmo recorte no observacional, seja em recortes “complementares”. Isso impede que se tome por princípio a complementaridade e impede que a metáfora das fotos de uma casa possa ser sustentada.

Creio que as tentativas de enxergar a linguagem e suas partes como um grande lego podem ser substituídas pela *metáfora da sinfonia*⁵, em que as várias partituras (dos violinos, do oboé, dos contrabaixos, das trompas, etc.), não sendo “complementares” já que se sobrepõem a todo momento, permitem um conjunto harmonioso. Às vezes os violinos se calam enquanto os metais são acionados; às vezes o fagote faz um solo; outras vezes todos os instrumentos tocam simultaneamente; e esses movimentos, no seu conjunto, constituem o todo harmônico.

Talvez eu esteja ficando velho, mas penso que considerar que há uma abordagem única (ou, mesmo, unificada) da linguagem é uma falsa crença. Eu arriscaria dizer que sabemos muito pouco sobre as línguas e que, assim, fica difícil até sabermos por onde começar a pensar em unificação. O desenvolvimento harmônico das áreas (mesmo sem unificação teórica) parece ser o caminho. Certamente, devemos ter pessoas pensando nas interfaces entre as teorias e buscando articulações entre elas.

⁴ Ver “Diálogo sobre as razões da diversidade teórica na linguística”, recolhido como Capítulo 1 (p. 17-29) de Borges Neto, J. 2004. *Ensaio de Filosofia da Linguística*. São Paulo: Parábola.

⁵ Essa metáfora da sinfonia aparece no texto de Pracontal (2002, p. 297) e é atribuída a Walter Gehring. O uso que Pracontal faz da metáfora, no entanto, é substancialmente diferente do uso que faço aqui.

Não posso deixar de dizer que vejo o Programa Minimalista de Chomsky como uma primeira tentativa realmente séria de desenvolver um programa de investigação com o objetivo de entender como algumas dessas articulações poderiam ser constituídas. Acho, no entanto, que os caminhos trilhados por Chomsky não vão nos levar lá, embora, com certeza, vão nos legar uma montanha de conhecimentos sobre a sintaxe das línguas – o que não é pouco. A centralidade da sintaxe impede que uma parte importante dos lugares de articulação entre as teorias possa ser adequadamente visualizada.

Podemos ficar no seguinte estado: por um lado é preciso admitir um “relativismo” temporário; por outro lado é preciso procurar a harmonia consistente entre as várias “linguísticas”.

ReVEL – No plano do fazer epistemológico, há diferenças entre linguística teórica e linguística aplicada? Isto é, há diferença entre o compromisso do pesquisador em relação ao conhecimento quando faz ciência teórica ou quando faz ciência aplicada?

Borges Neto – Esta é uma questão complexa. Em primeiro lugar, precisamos entender que o rótulo “Linguística Aplicada” tem pelo menos dois sentidos: a aplicação de descobertas de uma linguística, digamos, teórica, na resolução de problemas de outra ordem (Processamento de Língua Natural, aprendizagem de L2, aquisição de L1, tratamento de patologias da linguagem, aquisição de escrita, etc.) ou, estritamente, o ensino e aprendizagem de L2.

Provavelmente porque, no Brasil, a primeira aplicação da linguística se deu na área do ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras, a expressão “linguística aplicada” acabou se ligando preferencialmente a essa área de estudos. É interessante notar que, embora constituída como uma área de estudos desde, pelo menos, o século XIX (e se ignorarmos o uso do termo, desde a antiguidade), a grande explosão dos estudos linguísticos se dá na metade do século XX, como consequência, em parte, da Segunda Grande Guerra. É justamente no final dos anos 40 do século XX que começam a surgir os departamentos de linguística nas universidades americanas, por exemplo. E

parte importante das discussões se dará no quadro do ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras. No Brasil, sintomaticamente, um dos primeiros centros a desenvolver pesquisa linguística e a congregar pesquisadores foi o Yázigi, que era uma escola de línguas estrangeiras. Não tenho certeza disso, mas possivelmente foi o grupo ligado ao Yázigi que cunhou o termo “linguística aplicada” para denotar o trabalho que faziam. É importante notar, também, que os esforços para a criação das organizações brasileiras de pesquisadores em linguística – Abralín e GEL – receberam forte influência dos seminários do PILEI (Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Idiomas).

Não podemos, no entanto, esquecer todas as outras “aplicações” dos resultados das teorias linguísticas. Em grande parte surgidas mais recentemente (e, muitas delas, caudatárias da Gramática Gerativa), as aplicações da linguística na descrição da aquisição de primeira língua, na aquisição da escrita, no tratamento de patologias da linguagem, no processamento computacional de língua natural, etc., por um lado, nada têm a ver com o ensino de línguas estrangeiras enquanto, por outro lado, são “aplicações” muito mais claras e diretas dos resultados da teoria linguística a novos objetos. Temos um caso interessante de aplicação da linguística em outras áreas na proposta que Zeno Vendler faz aos filósofos analíticos, no capítulo 1 de seu livro “*Linguistics in Philosophy*”⁶ (chamado “Linguistics and the *A priori*”), de que deveriam olhar para os resultados que a linguística obtinha e levar esses resultados em consideração em suas pesquisas filosóficas.

É preciso reconhecer, no entanto, a constituição de algumas dessas áreas “aplicadas” como algo mais do que simplesmente a aplicação da linguística a novos objetos. Um estudo que surge área de interface ou de aplicação pode conseguir autonomia e constitui-se como uma nova ciência, com novos objetos observacionais e, conseqüentemente, com novos objetos teóricos.

De certa forma, é o que penso acontecer com o Processamento de Língua Natural (PLN), por exemplo. Os recortes no objeto observacional e o tipo de teorização determinada pela natureza do meio computacional acabam por colocar os pesquisadores de PLN numa rota paralela à do linguista. Há transações de lado a

⁶ Cornell University Press, 1967, p. 1-32.

lado, mas nem os objetivos, nem os procedimentos podem ser os mesmos. Lembro de ter apontado a pesquisadores de PLN, numa época em que estive envolvido com o assunto, que os mecanismos teóricos utilizados por eles eram insuficientes, seja porque permitiam determinados resultados (que não se verificavam na língua portuguesa), seja porque impediam certas construções claramente gramaticais, e a resposta padrão era que incluir ou excluir esses mecanismos era muito custoso e que o sistema funcionava a contento para a esmagadora maioria dos casos. E o assunto se encerrava por aí. Certa vez, propus discutir as classes de palavras usadas na anotação de textos pelos etiquetadores (classes que, para mim, como linguista, não diziam nada ou, pior, diziam o que não deviam dizer). Não houve nenhuma voz a favor da discussão. Ouvi de uma pesquisadora importante da área de PLN que os linguistas eram “sonhadores” e que, para ela, a gramática do Celso Pedro Luft era suficiente. Enfim, tal como vai, a linguística e o PLN rapidamente não terão nada a dizer um para o outro.

Da mesma forma, raras vezes encontramos trabalhos de ensino de L2 que sejam, de fato, aplicações da linguística teórica. Eles existem e são muito interessantes, mas de forma geral os pesquisadores em ensino/aprendizagem de L2 recusam a teoria linguística. É moda hoje, propor cursos de letras exclusivamente voltados à formação de professores de línguas estrangeiras que prescindem totalmente de conhecimentos teóricos de linguística. Ao invés de um curso de fonologia, por exemplo, fica-se no nível das generalidades sobre a pronúncia das palavras, e assim por diante. Em outras palavras, implicitamente, a área do ensino/aprendizagem de L2 recusa o rótulo de “linguística aplicada”, mesmo quando, explicitamente, o usa.

Quanto aos compromissos ligados ao fazer científico, não vejo diferenças entre o pesquisador “teórico” e o pesquisador “aplicado”. Em outras áreas – isso não fica claro na linguística – o pesquisador “aplicado” desenvolve, basicamente, *tecnologia* (enquanto o pesquisador “teórico” faz a chamada “ciência básica”). O antropólogo Bruno Latour – embora faça uma filosofia da ciência, no mínimo, polêmica e nem sempre merecedora de citações – argumenta, convincentemente, que as fronteiras entre a ciência básica e a tecnologia estão cada vez mais borradas. Quando Galileu construiu sua luneta (feito tecnológico) usou uma teoria ótica (ciência básica); para justificar e dar credibilidade a suas observações com a luneta, precisou desenvolver e

aperfeiçoar a teoria ótica (ciência básica); por meio das observações com o uso da luneta, trouxe novos conhecimentos sobre a natureza dos corpos celestes (luas de saturno, superfície da lua, etc.) que reforçaram a teoria copernicana (ciência básica). Em suma, os feitos tecnológicos permitem avanços na ciência básica que, por sua vez, permite o surgimento de novas tecnologias que, na sequência, interferem nas observações dos cientistas, e assim por diante. Qualquer biólogo sabe que nenhuma biologia teórica seria possível sem o massivo auxílio da tecnologia. Embora, no mais das vezes, com objetivos bastante distintos, as atividades dos cientistas e dos “tecnólogos” se interpenetram a todo instante. De certo modo, era isso que eu gostaria de ver acontecer na linguística: “aplicados” auxiliando “teóricos” e vice-versa, numa espiral de cooperação que só faria bem a todos. Claro que para isso, seria preciso que as formações desses dois tipos de cientista mudassem radicalmente, com o desaparecimento dos feudos e das intolerâncias.

Uma das experiências mais interessantes que vivi foi no final dos anos 80 quando comecei a lecionar linguística num curso de informática. Depois de alguns tropeços, resolvi entender como funcionava a área de estudos dos alunos e fui aprender a programar, entender a lógica das linguagens de programação, a ver as questões do ponto de vista da informática. Esse esforço (inútil, em parte, já que definitivamente não sou um programador) me permitiu abordar com os alunos as questões linguísticas de uma forma que fizesse sentido para eles. Durante cerca de dez anos mantive uma disciplina de linguística, obrigatória, no curso de informática da UFPR, com alguns resultados notáveis (um deles, talvez, foi o de ter alguns alunos fazendo letras depois de formados em informática).

ReVEL – Qual é a relevância, na pesquisa em Linguística, de conhecer e se orientar pelos filósofos da ciência? Como eles devem dialogar com a Filosofia da Linguística?

Borges Neto – Rodrigo Faveri – orientando meu de doutorado na UFPR que fez um estágio com Marcelo Dascal na Universidade de Tel-Aviv – acha que a ciência e sua filosofia são interdependentes – e tem alguns argumentos para sustentar sua posição. Eu, por outro lado, não tenho clara essa relação. Acho que os cientistas, de modo

geral, ignoram a filosofia e grande parte dos filósofos não tem formação científica. O diálogo, assim, é muito difícil.

Há um descompasso entre o que é e o que deveria ser. Não quero ser normativo, mas um certo grau de “idealização” não pode ser evitado. Minha posição é a de que a filosofia deveria ser sempre acompanhada da História da Ciência, que vai nos mostrar como tem sido o comportamento dos cientistas para que escapemos das armadilhas normativas. E, na história da relação entre filósofos e cientistas, vemos muito mais os filósofos atentos ao trabalho dos cientistas do que os cientistas atentos às recomendações e constatações dos filósofos. O caso de Vendler – que apontei em resposta acima – é exemplar.

Se passamos a “o que deveria ser”, creio que os linguistas deveriam estar mais atentos aos filósofos, porque assim não fariam tantas bobagens.

Um bom exemplo é o da felizmente falecida *sociolinguística paramétrica*. Uma tentativa de fazer coexistir, numa mesma teoria, a gramática gerativa – com seu inatismo, suas regras determinísticas, sua busca do invariante nas línguas – e a teoria laboviana da variação – com seu culturalismo, suas regras variáveis, sua busca da variação nas línguas. E uma tentativa de construção teórica sem qualquer alteração significativa nas teorias “compatibilizadas”, uma mera justaposição de teorias. Se, por um lado, não creio ser impossível a construção de uma sociolinguística no seio da teoria gerativa, por outro lado não creio que a gramática gerativa saia ileso desse processo. O mesmo acontece com a teoria da variação. Tentar justapor as teorias – e essa é a minha questão – não passa da mais rematada bobagem, fruto de um entendimento ingênuo da natureza do conhecimento científico. Este seria um lugar – e um momento – em que uma maior atenção à filosofia seria essencial para o linguista.

Da mesma forma, os filósofos também deveriam estar mais atentos ao fazer dos linguistas. Os filósofos trazem para o interior da linguística, sem nenhuma modalização, suas questões (e, pior, suas respostas) e também dizem bobagens.

Há filósofos, por exemplo, que defendem o realismo semântico. E seriamente. Explico.

O realismo metafísico é uma teoria que sustenta que os objetos do mundo existem independentemente da atividade cognitiva de algum agente e que nossa experiência desse mundo externo tem como causa imediata esses objetos. O realismo semântico, além disso, sustenta que as expressões linguísticas significam esses objetos, isto é, que todas as afirmações sobre o mundo são verdadeiras ou falsas em função de como as coisas do mundo são em relação a esses objetos existentes independentemente, sem levar em consideração quaisquer pensamentos, crenças ou experiências de um agente cognitivo.

Ora, é possível pensar que existe um mundo exterior independente de nós e de nossas atividades cognitivas. Em outras palavras, o realismo metafísico é uma teoria ontológica respeitável. Por outro lado, assumir o realismo semântico é – ao menos para um linguista – uma rematada bobagem. É óbvio que as expressões linguísticas falam de coisas que não existem (ou a literatura seria impossível), falam de coisas que só existem para pessoas que compartilham certas ideologias, e que tais expressões são verdadeiras ou falsas – no interior dos discursos – como quaisquer outras.

Aqui, a necessidade de mais atenção por parte dos filósofos ao que os linguistas dizem seria fundamental.

ReVEL – Quais são os problemas de epistemologia mais comuns que têm ocorrido nas pesquisas em linguística, especialmente no Brasil? Nesse aspecto, há diferenças entre a pesquisa no Brasil e em outros países?

Borges Neto – Creio que o problema mais sério, porque recorrente, é a criação de “monstrinhos teóricos”. O linguista lê um autor que lhe parece interessante e passa a usar suas ideias acriticamente, sem nunca perguntar sobre a consistência das ideias, suas consequências para a manutenção das propostas assumidas em conjunto. De modo geral, onde deveria haver síntese só há justaposição.

É preciso ser justo, no entanto. Esse tipo de atitude entre os linguistas é herdado dos gramáticos que dominaram os estudos linguísticos por muitos séculos. O problema da linguística atual é a grande dificuldade de se desvencilhar dessa herança.

Posso dar um exemplo. Na morfologia, os gramáticos, tradicionalmente, usam o modelo de análise que Hockett⁷ denominou “palavra-e-paradigma”. Neste modelo, a palavra é a unidade de análise (e nada há abaixo da palavra). As palavras podem ser ditas *variáveis* ou *invariáveis* e essa distinção apóia-se na existência de apenas uma ou de mais de uma forma no paradigma associado à palavra. A palavra “número” é variável porque seu paradigma contém as formas “número” e “números”; a palavra “aqui” é invariável porque seu paradigma contém apenas a forma “aqui”. O verbo “cantar” também é variável, já que seu paradigma contém as formas “cantar”, “cantei”, “cantávamos”, “cantando”, “cantasses”, etc., num conjunto de mais de setenta formas alternativas *da mesma palavra*. Esse é o ponto crucial: as formas dos paradigmas são formas de uma mesma palavra. Ou assumimos isso ou deixa de fazer sentido falar em palavra variável.

No modelo “palavra-e-paradigma”, as noções de *flexão* e *derivação* são obtidas de forma absolutamente coerente: é a flexão que opõe as formas do paradigma entre si, enquanto a derivação permite a obtenção de novas palavras a partir de palavras, digamos, “primitivas”. E essas novas palavras terão seus próprios paradigmas. Por exemplo, de “número”, cujo paradigma tem duas formas (“número” e “números”), podemos obter “numérico”, cujo paradigma tem quatro formas (“numérico”, “numérica”, “numéricos” e “numéricas”). Ou seja, flexão é uma relação intraparadigmática e derivação é uma relação interparadigmática.

Pois bem. Os gramáticos tiveram contato com um modelo de análise morfológica alternativo: o modelo que Hockett chamou de “item-e-arranjo”.

No modelo “item-e-arranjo”, a unidade não é a palavra, mas o morfema. As palavras são objetos teóricos construídos a partir dos morfemas. As palavras podem ter apenas um morfema, como “aqui”, dois morfemas, como “números” (que além do morfema raiz “número” apresenta o morfema “-s”, indicador do plural), três morfemas, como “senhoras” (que contém os morfemas “senhor”, “-a” e “-s”), e assim por diante. Na medida em que a palavra é entendida como um conjunto de morfemas (ordenados

⁷ Hockett, Charles F. (1954). Two models of grammatical description. *Word* 10, p. 210–231. [Reprinted in Joos, M. (ed.) (1957). *Readings in linguistics* I. Chicago, IL:University of Chicago Press, p. 386–399.]

num *arranjo*), fica difícil pensar que “senhoras” e “senhor” sejam formas *de uma mesma palavra*, já que essas duas palavras são constituídas por conjuntos diferentes de morfemas. Já não podemos mais falar em palavras variáveis. A distinção variável/invariável perde o sentido. Também não podemos mais falar em flexão e derivação (ao menos com o sentido anterior desses termos), já que a noção de paradigma desaparece.

Pois não é que os gramáticos passam a falar de morfemas no interior mesmo do modelo “palavra-e-paradigma”. Definem “morfema” como a menor unidade significativa da língua (que, no seu modelo de análise, deveria ser a palavra) e são capazes ainda de dizer que a vogal temática e as consoantes e vogais de ligação são morfemas. Claro que a análise apresentada nas gramáticas continua sendo exatamente a análise que vem sendo copiada de gramático a gramático desde Dionísio Trácio, no séc. I a.C. Alguns ocultam a inconsistência ao usar termos como “morfemas flexionais” e “morfemas derivacionais”. Mas, essas novas noções precisam ser definidas e explicitadas. E não podemos mais usar a noção de paradigma para fazê-lo. Pior: os resultados a que devemos chegar com as novas noções devem ser exatamente os mesmos a que chegaríamos sem elas. Ou seja, os “morfemas flexionais” devem corresponder exatamente às desinências, e os “morfemas derivacionais” devem corresponder aos afixos. Ora, se era para chegar exatamente ao mesmo lugar, para que as novas noções?

Eu estou dizendo que isso acontece com os gramáticos – e é verdade. Mas isso também acontece com boa parte dos trabalhos de morfologia feitos pelos linguistas. Tem muita gente tentando distinguir flexão de derivação; gastando tempo e energia com uma distinção que só faz sentido numa determinada perspectiva teórica que, na maior parte das vezes, não é a perspectiva assumida pelo linguista. Se a desculpa é que só se está usando o *termo* e não a *noção teórica* associada a ele, fica a questão de que sempre se procura chegar ao mesmo lugar a que *termo* e *noção* nos levavam.

Estou tentando não me referir a ninguém especificamente (as carapuças servirão para alguns), mas não posso deixar de dizer que um dos responsáveis por este procedimento, no mínimo, estranho, é o Mattoso Câmara Júnior, que, aparentemente, não entendeu o que estava em jogo quando tentou – fora do modelo

“palavra-e-paradigma” – distinguir flexão de derivação (sem abrir mão dos resultados a que o modelo anterior chegava). E muita gente boa continua, inutilmente, a seguir seus passos.

Se isso não é a busca deliberada de “monstrinhos teóricos”, não sei o que mais poderia ser.

No fundo, a questão toda se liga a uma ignorância geral dos linguistas quanto às questões epistemológicas. Ao menos, a um desprezo generalizado por essas questões, que parecem para alguns como uma reflexão “de filósofos”, que não interessa ao linguista.

Outra questão tem a ver com a quase completa ausência de uma história da linguística (o quadro vem mudando substancialmente nos últimos anos, devo reconhecer).

A História que muitas vezes se faz é a história externa (“fofoca externalista”, como me disse alguém há uns anos). Uma história assim serve pouco aos interesses da Filosofia da Linguística. Pior, merece, já que por não se remeterem às questões epistemológicas, dão vazão, e até incentivam, o sincretismo.

Eu tenho tentado incentivar meus alunos a que se dediquem à história da linguística e tenho obtido algum sucesso, principalmente entre os alunos de línguas clássicas e com a preciosa colaboração dos professores de grego e latim da UFPR. Muitos alunos têm dedicado esforços na tradução e no comentário de autores clássicos (“linguistas anacrônicos”). Já conseguimos uma boa tradução para o português (direto do grego) da *Tekhne Grammatiké* de Dionísio Trácio (séc. I a.C.); uma tradução de boa parte da *Gramática Especulativa* de Tomás Erfurt (1310), escrita originalmente em latim; uma tradução diretamente do grego dos *Dissoi Logoi* (do séc. V a.C.), texto de autor anônimo, mas de possível autoria do sofista Protágoras; uma tradução de boa parte das *Noites Áticas* do latino Aulo Gélío (séc. IV). Tenho uma aluna trabalhando na tradução de Varrão e outra na tradução de Sexto Empírico. Creio que assim podemos dispor de um acervo mínimo de história do pensamento linguístico antigo e medieval para podermos começar a pensar os fundamentos da gramática. Além disso, já temos alguns trabalhos sobre as primeiras gramáticas portuguesas (Fernão de Oliveira, em

particular) e estamos começando a investir na análise das gramáticas filosóficas (portuguesas e brasileiras) dos séculos XVIII e XIX. Tenho também alunos pensando historicamente a linguística do século XX, com a gramática gerativa como objeto privilegiado. Enfim, há muito o que fazer, e estamos procurando dar nossa pequena contribuição.

Quanto à situação no exterior, não creio que seja muito diferente do que ocorre no Brasil. Por um lado, tenho a tentação de dizer que não é. Por outro lado, vejo muito mais trabalhos epistemológicos sobre a linguística publicados lá fora, o que poderia indicar a presença mais forte desse tipo de reflexão.

Claramente, a história da linguística é imensamente mais forte no exterior do que no Brasil.

ReVEL – O senhor poderia sugerir alguns livros e textos sobre História e Filosofia da Linguística, especialmente no que tange à Linguística brasileira?

Borges Neto – Em primeiro lugar, meu livro “*Ensaio de Filosofia da Linguística*” (Editora Parábola, 2004). Não quero ficar fazendo propaganda em causa própria, mas creio que é a única publicação explicitamente destinada a explorar esse conjunto de questões.

Acho interessante, também, ler os textos de Kanavillil Rajagopalan (Rajan). Falo, particularmente, de *Por uma linguística crítica* e de *A linguística que nos faz falhar*⁸. Embora eu discorde de muitas das ideias de Rajan, acho que ele é extremamente provocativo e instigador de reflexões importantes. A argumentação inteligente de Rajan nos força a repensar nossas ideias e presta, assim, serviço inestimável para o amadurecimento da linguística e da filosofia da linguística no Brasil.

⁸ RAJAGOPALAN, Kanavillil. 2003. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola.

RAJAGOPALAN, Kanavillil; SILVA, Fábio Lopes da. 2004. *A linguística que nos faz falhar – investigação crítica*. São Paulo: Parábola.

A leitura dos clássicos da filosofia da ciência – Popper, Kuhn e Lakatos, por exemplo – sempre é interessante. Há uma série de introduções à filosofia da ciência (infelizmente, a grande maioria escrita em inglês) que também podem ser lidas com proveito. Embora esses textos não abordem a linguística, a compreensão de como as questões são tratadas nas outras disciplinas científicas pode ser muito instrutiva.

Na história da linguística, não podia deixar de citar o trabalho de Cristina Altman, da USP, que é, sem dúvida, a grande responsável no Brasil pelo desenvolvimento da historiografia linguística⁹. Cristina Altman formou – e continua formando – um grupo importante de historiadores da linguística e – não podia deixar de citar – criou o primeiro arquivo de fontes para uma história da linguística no Brasil: o Centro de Documentação em Historiografia Linguística (CEDOCH).

Há também um grupo de pessoas – infelizmente, disperso – que atua na história da gramática. Posso citar como exemplos Ricardo Cavaliere, da Universidade Federal Fluminense, (autor de *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2000), e Marli Quadros Leite, da USP, (autora de *O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma*. São Paulo: Paulistana/Humanitas, 2007).

⁹ Ver ALTMAN, Cristina. 1998. *A Pesquisa Linguística no Brasil: 1968-1988*. São Paulo: Humanitas.